

IAOD dos Deputados Kou Kam Fai e Lam Fat Iam em 21.07.2026

(Esta Intervenção é apresentada pelo Deputado Kou Kam Fai)

Promover a ligação entre o emprego dos jovens e o desenvolvimento industrial para impulsionar a prosperidade diversificada de Macau

O emprego dos jovens no período das graduações é um assunto alvo de atenção social. O “Grupo de Trabalho para a Coordenação da Promoção de Emprego” do Governo tem concentrado esforços nos estágios e no desenvolvimento profissional dos jovens, ajudando os recém-licenciados a integrarem-se no mercado de trabalho, orientação esta que merece reconhecimento. Este ano, o número de jovens registados para procura de emprego baixou relativamente ao período homólogo do ano passado, o que reflecte alguma melhoria no mercado de trabalho. Porém, os jovens continuam a enfrentar problemas estruturais como a transformação industrial, a discrepância entre os currículos académicos e as necessidades do mercado e a forte concorrência. Os jovens e pais preocupam-se não só com o mero emprego, mas sobretudo com as vagas adequadas aos jovens locais, com perspectivas de desenvolvimento e em empresas dispostas a formar novos talentos.

O emprego é a essência dos meios de subsistência das pessoas. Os postos de trabalho para os quais os residentes tenham competências e estejam dispostos a desempenhar devem ser preenchidos, em prioridade, por eles. Há que reconhecer de forma realista o papel dos trabalhadores não residentes no funcionamento industrial de Macau. A essência reside numa gestão precisa e numa avaliação dinâmica, de modo a garantir a mobilidade vertical dos jovens locais. O emprego dos jovens exige colaboração das diversas partes: o Governo deve coordenar as políticas, as escolas devem reforçar a educação para a orientação profissional, as empresas devem oferecer oportunidades e a sociedade deve demonstrar tolerância. Neste sentido, apresentamos duas sugestões:

1. Manter a prioridade dos residentes locais e articular com precisão as necessidades dos postos de trabalho. Aperfeiçoar o mecanismo de apreciação e autorização dos pedidos de contratação de TNR, articulando o número e as categorias profissionais dos trabalhadores importados com a dinâmica do emprego juvenil local. Os postos de trabalho para os quais os jovens locais tenham capacidade e vontade de exercer devem constituir, prioritariamente, oportunidades de ingresso, formação e progressão profissional, tornando visível e efectiva a política de “prioridade de emprego para os residentes locais”. Há que divulgar periodicamente os quadros qualificados em falta, as tendências salariais e os requisitos de cada sector, promovendo-se “formação especificamente orientada”, com cursos concebidos de acordo com as necessidades das empresas, e assegurando os postos de trabalho após a conclusão da formação. Reforçar os subsídios à formação e o apoio de mentores no âmbito das PME que contratem jovens, reduzindo assim os custos de formação.

2. Promover oportunamente uma ligação entre a educação, a indústria e o emprego. A inserção profissional dos jovens não depende apenas da procura de emprego após a conclusão dos estudos, mas começa desde o ensino secundário com a aquisição de conhecimento sobre os sectores, o planeamento da carreira profissional e o

desenvolvimento de competências. Sugere-se que se aprofunde a educação em planeamento profissional, permitindo que os estudantes compreendam, de forma mais sistemática, a estratégia de desenvolvimento da diversificação adequada da economia “1+4”, bem como a configuração industrial da Zona de Cooperação Aprofundada e da Grande Baía, e dominem os conteúdos e exigências das diferentes profissões. Para além da formação em competências técnicas, as escolas devem valorizar igualmente a aprendizagem autónoma, as competências de comunicação e a capacidade de resistência ao *stress*. Os programas de estágio do Governo no Interior da China, os cursos específicos e as práticas de Verão têm suscitado forte adesão, o que demonstra a vontade dos jovens em alargar os seus horizontes. Na próxima fase, deverá promover-se a conversão de estágios em portas de entrada para o emprego, criando uma base de dados de currículos de estagiários, combinada com avaliações de competências e *feedback* das empresas, incentivando-as a dar prioridade à contratação dos melhores estagiários.

O emprego juvenil deve ser planeado no âmbito do 15.º plano quinquenal nacional, do 3.º plano quinquenal de Macau e da Zona de Cooperação. Projectos como a Cidade Universitária, o Museu Nacional da Cultura de Macau e o terminal de carga de Hengqin do Aeroporto poderão impulsionar postos de trabalho nas áreas de curadoria cultural e museológica, *design* criativo, logística e comércio, tecnologia informática, entre outros. O essencial é transformar projectos industriais em oportunidades reais nos quais os jovens possam participar e trabalhar, para deixem de ser meros candidatos a emprego, tornando-se antes numa força activa na edificação de Macau.

"Se os jovens prosperam, a nação prospera; se os jovens são fortes, a nação é forte." Esperamos que o Governo e todos os sectores da sociedade, com espírito de união, colaborem estreitamente para aprofundar e actuar em prol do emprego juvenil, ajudando os jovens a realizarem as suas ambições e a construírem o seu futuro num quadro mais amplo do desenvolvimento de Macau, de Hengqin e do país.